

# A TARDE

O jornal de toda Bahia

**PLANALTO** Parlamentares, recebidos por Bolsonaro em café da manhã, apresentaram projetos

## Bancada do Nordeste reivindica fortalecimento de órgãos regionais

**ANDREIA VERDÉLIO**

Agência Brasil, Brasília

Parlamentares do Nordeste pediram ao presidente Jair Bolsonaro o fortalecimento de órgãos regionais e a revisão do pacto federativo para viabilizar mais recursos para a região. A bancada foi recebida ontem por Bolso-

naro, em um café da manhã no Palácio do Planalto, para a apresentação de projetos prioritários de cada estado.

Amanhã, está prevista a primeira viagem do presidente à região, onde deve participar de reuniões na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em Recife, e com

governadores, além de anunciar projetos para a área. No mesmo dia, Bolsonaro entrega casas do programa Minha Casa, Minha Vida em Petrolina (PE).

De acordo com o deputado Júlio César Lima (PSD-PI), coordenador da bancada, o fortalecimento de órgãos como a Sudene, o Departamento Nacional de Obras

contra as Secas (Dnocs) e o Banco do Nordeste pode ajudar a região a aumentar a participação na produção de riquezas e no Produto Interno Bruto [PIB] do País. A conclusão da transposição do rio São Francisco e da ferrovia Transnordestina também são prioridade.

Para Bolsonaro, obras de infraestrutura, com licenciamentos mais ágeis e buscando a vocação regional são importantes para estimular a participação no PIB do Nordeste. O turismo foi um exemplo citado. "É a maneira mais fácil e rápida de conseguirmos alavancar a economia local. O custo é

quase zero; o que dependia no passado de difícil e demorada licença ambiental, com nosso ministro do Meio Ambiente [Ricardo Salles] essas etapas estão sendo vencidas", disse o presidente durante o café.

A revisão do pacto federativo também foi defendida pelos parlamentares, para redistribuição dos recursos da União a estados e municípios. "Fizemos simulações para dividir a CSLL [contribuição social sobre o lucro líquido], que, no passado, era o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, e a União tirou para não dividir com estados e municípios. Nós queremos que seja dividido como era antes. No passado, o IPI [imposto sobre produtos industrializados] e o Imposto de Renda representavam 51%, hoje representam pouco mais de um terço de receitas da União", explicou o deputado. A proposta foi entregue ao ministro da Economia, Paulo Guedes, também presente no encontro.

### Previdência

Durante o café da manhã, o presidente Jair Bolsonaro defendeu a importância da aprovação da reforma da Previdência para aumentar os recursos públicos e atrair investimentos. "A nossa despesa nessa rubrica é enorme, devemos corrigir as distorções e os privilégios e temos certeza de que investimentos chegarão no nosso Brasil", disse.

# A TARDE

O jornal de toda Bahia

## PREVIDÊNCIA

### Maia considera 'difícil' manter servidores estaduais na reforma

#### REDAÇÃO E AGÊNCIAS

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), avalia que se as previdências dos governos estaduais forem excluídas da reforma enviada ao Congresso Nacional pelo presidente Jair Bolsonaro, os déficits dos estados continuarão aumentando. Por isso, considera ser difícil manter os estados na proposta de reforma da Previdência que tramita atualmente em uma comissão especial da Casa.

Para Maia, no médio e longo prazos, as administrações estaduais perderão a capacidade de cuidar de áreas importantes, como, por exemplo, a da segurança pública. De acordo com o presidente da Câmara, nos últimos quatro anos o déficit da Previ-

dência nos estados dobrou. "Eu acho difícil que eles [os estados] fiquem, mas eu, pessoalmente, continuo solitariamente defendendo que o sistema é único. Não adianta resolver parte da doença do corpo, porque se você resolver parte da doença e deixa a outra doente, morre o corpo inteiro. A federação é um sistema. Não adianta resolver o problema previdenciário da União e deixar a Previdência dos estados gerando déficits enormes", disse Maia, que participou de seminário sobre Previdência, em Brasília.

#### PIS/Pasep

A inclusão de servidores municipais e estaduais na reforma não tem impacto na economia prevista para a União, mas é considerada

um ponto crucial para reequilibrar as finanças dos governos estaduais. Atualmente, há pressões dentro do parlamento para tirar estados e municípios da reforma da Previdência Social.

Rodrigo Maia também afirmou, no painel sobre a Previdência Social, que o governo terá pela frente desafios na condução da reforma, como a questão do abono salarial (PIS/Pasep) e da capitalização. A proposta de emenda à Constituição sugere que apenas quem tiver renda mensal de um salário mínimo continue tendo direito ao benefício. Já a capitalização é uma espécie de poupança que o trabalhador



Fábio Rodrigues Fozzobom / Ag. Brasil

**Maia (sentado) diz que nos últimos 4 anos déficit nos estados dobrou**

faz para garantir a aposentadoria no futuro, na qual o dinheiro é investido individualmente, ou seja, não 'se mistura' com o dos demais trabalhadores.

O modelo atual é o de repartição, no qual quem contribui paga os benefícios de quem já está aposentado. A proposta de mudança nas regras previdenciárias analisada pelo Congresso Nacional sugere que a capitalização substitua gradualmente o atual sistema. Maia defendeu que o sistema de capitalização proposto pelo governo Bolsonaro seja aprovado pelos congressistas na reforma e a regulamentação seja feita posteriormente.

# Tribuna

## Maia diz que Estados podem ficar fora da reforma da Previdência

MATEUS MAIA  
REUTERS

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ontem considerar "difícil" que os Estados sejam abrangidos pela reforma da Previdência. Em seminário sobre a reforma organizado pelo jornal Correio Braziliense, Maia disse ainda ser favorável à capitalização do sistema previdenciário, mas defendeu que sua regulamentação ocorra posteriormente. "Eu acho que vai ser difícil que eles fiquem (os Estados na reforma)", disse o presidente a jornalistas, após o evento. "Eu pessoalmente continuo solitariamente defendendo que o sistema é único. Não adianta você resolver parte da doença do corpo porque, se você resolver uma parte e deixar a outra doente, morre o corpo inteiro", afirmou.

Sobre a capitalização, o presidente da Câmara disse ser 100 por cento favorável, mas argumentou que "custa muito caro" da forma que foi proposta pelo governo. "Em um momento de recessão, eu acho que a gente pode até deixar a capitalização aprovada para, em outro momento, regulamentar. Mas você tirar 400 bilhões (de reais) num momento que a gente vive cinco anos de recessão, talvez seja muito pesado para a base da sociedade fazer



**O PRESIDENTE** da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ontem considerar "difícil" que os Estados sejam abrangidos pela reforma da Previdência

esse movimento", argumentou. Maia voltou a dizer que não há clima, nem na Câmara nem no Senado, para aprovar as mudanças propostas pelo governo no Benefício de Prestação Continuada (BPC), e na aposentadoria rural.

"BPC e aposentadoria estão fora do texto", afirmou. "Não sei como vai ser resolvido, eu sei que temos que discutir os temas que geram mais conflitos na sociedade. Se a gente fingir que não tem problema, na hora que for para o voto, vai perder." Aproveitou, ainda, para argumentar que não adianta promover reformas na estrutura do Estado —como a da Previdência— se as instituições democráticas não estiverem fortes. "Não adianta reformar a Previdência, não adianta reformar o Estado, se essa democracia não for muito

madura", argumentou. "Porque nós sabemos que o setor privado não tende a investir em ditaduras."

O presidente disse que a atitude do governo de reafirmar a democracia, "independente de alguns percalços no seu entorno" é fundamental para que as reformas tenham efetividade. Principal fiador da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera as regras da Previdência no Congresso, Maia reafirmou seu compromisso com a agenda econômica de reformas e alertou que são necessárias para afastar a possibilidade de ameaça a direitos adquiridos no futuro.

Também disse esperar que o Parlamento compreenda a necessidade da reforma e que o governo atue incisivamente para a aprovação da proposta.

# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

Há a ideia de que os funcionários públicos se mobilizam para a defesa dos seus interesses, contra reformas que tiram deles salários ou ganhos na aposentadoria. Eles fazem isso. Mas eles se mobilizam também – e que bom que o fazem – em defesa das suas missões. Atualmente há vários segmentos de servidores alertando a imprensa, e especialmente em diversas áreas, que é necessário proteger, não os seus interesses, mas os das instituições nas quais trabalham. A Funai, Finep, IBGE, BNDES, os auditores fiscais, Ibama e ICMbio. Em todos esses órgãos há constrangimentos, de maior ou menor grau, ao trabalho que devem executar.

A MP 870, como foi enviada pelo governo ao Congresso, desmontava a estrutura da Finep e partia ao meio a Funai. A demarcação de terras indígenas ficava com ruralistas. A Comissão Especial criou outro problema: os auditores fiscais foram proibidos de comunicar crimes. Ontem à noite, o Congresso tentava corrigir algumas dessas mudanças.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, atacou o Fundo Amazônia com óbvio interesse de gerir o dinheiro, e

por isso fez uma acusação à administração do Fundo, sem apresentar qualquer fato consistente. O problema cresceu porque a direção do BNDES, antes ainda da entrevista do ministro, afastou a então gestora do Fundo, Daniela Baccas. Isso provocou a reação forte dos servidores do banco que se aglomeraram no primeiro andar para mostrar sua discordância.

Na Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), a preocupação é com a transferência das atribuições do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para o Ministério da Ciência e Tecnologia, que esvazia a financiadora de projetos. O curioso é que a Finep responde ao ministério. Essa mudança desmonta o órgão, que tem essa competência desde 1971, e cria a obrigatoriedade

de montagem de uma nova estrutura dentro do ministério. Não tem ganho algum, mexendo-se nessa estrutura, apenas cria confusão burocrática. O órgão já está sofrendo com cortes enormes no seu orçamento.

O BNDES vive uma situação inesperada desde o afastamento de Daniela Baccas do Fundo Amazônia, após o ministro Salles fazer uma crítica vaga sobre haver “fragilidades na governança”. Os que financiam o Fundo, os governos da Noruega e da Alemanha, avisaram que estão satisfeitos com a governança. O Fundo Amazônia tem tido enorme relevância no país, como ressaltou a nota da direção do BNDES. Fez coisas como permitir a implantação do Cadastro Ambiental Rural. Setenta por cento dos seus recursos vão para entidades públicas, de estados e municípios. O BNDES, na nota,

disse que qualquer “comissão de averiguação interna” só será instituída se for formalmente notificada pelo MMA. O problema é que ao afastar Baccas, o banco fortaleceu o ministro na sua tentativa de pressionar funcionários da instituição. Será um tiro no pé a manobra do ministro Salles de tentar pressionar para assumir o comando do Fundo. Os governos de onde sai o dinheiro podem simplesmente parar de financiar.

No caso do Ibama e do ICMbio, o constrangimento imposto pelo ministro Salles é público. Eles já receberam ameaças por não terem comparecido a um evento com os ruralistas para o qual sequer tinham sido convidados. E foi isso que motivou a saída do presidente e da diretoria do ICMbio, que haviam sido nomeados por ele mesmo.

A Funai partida ao meio pela

MP 870 vive seu momento de maior fragilidade. O Congresso tentava ontem à noite alterar a mudança feita pelo governo que divide a instituição em duas partes. Uma comandada por uma pessoa que não demonstra ter capacidade de entender a complexidade da questão indígena brasileira, a outra num órgão com óbvio conflito de interesses. O pior é que o ministro da Justiça não demonstra qualquer interesse na volta da Funai ao seu lugar original.

No IBGE, como já escrevi aqui, a grande aflição dos funcionários é com a realização do Censo de 2020. O corpo técnico se sente excluído de decisões para as quais eles estão preparados, até porque é sua função.

Os servidores acompanhavam a discussão de ontem temendo cada decisão. Perdeu-se tempo demais discutindo para onde iria o Coaf. O órgão ficaria bem em qualquer um dos dois ministérios. Acabou, por decisão da Câmara, ficando na Economia. Havia questões mais graves. Uma delas, o que acontecerá com os indígenas brasileiros. Outra é se os servidores conseguirão cumprir suas missões em cada órgão em que atuam e onde têm sido constrangidos.

Veículo: Política Livre	
Data: 22/05/2019	Caderno: Economia



## Metas fiscais para governos locais e estatais são revisadas

As metas fiscais para estados, municípios e estatais federais foram revisadas, disse hoje (22), o secretário Especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. O superávit primário para os governos locais caiu praticamente pela metade, enquanto o resultado das estatais melhorou. A meta de superávit primário para estados e municípios passou de R\$ 10,5 bilhões para R\$ 5,9 bilhões. Além da desaceleração da economia, que reduz a arrecadação, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de permitir que Minas Gerais não pague dívidas garantidas pela União provocou a redução da estimativa. “Somente a decisão do Supremo teve impacto de R\$ 2,1 bilhões na meta de superávit. Esse foi o principal fator”, explicou Rodrigues. A deterioração do resultado dos governos locais foi compensada pela melhoria no resultado das empresas estatais federais. A meta para as empresas passou de déficit de R\$ 3,5 bilhões para superávit de R\$ 881 milhões. O secretário especial de Fazenda explicou que o desempenho melhor que o esperado das estatais justificou a revisão para cima da estimativa. A meta para o governo federal foi mantida em déficit de R\$ 139 bilhões. Os resultados primários consideram o superávit ou déficit dos entes públicos sem o pagamento dos juros da dívida pública. As revisões não alteraram a meta para o setor público consolidado, que engloba União, estados, municípios e estatais. Os quatro níveis de governo deverão encerrar o ano com déficit primário de R\$ 132,2 bilhões, contra R\$ 132 bilhões da meta anterior. O resultado do setor público é calculado pelo Banco Central, com base na variação do endividamento de cada ente público.

*Agência Brasil*

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 23/05/2019	Página: --

# FOLHA DE S.PAULO

## PEC reduz o número de impostos sem alterar carga tributária; entenda

### **Proposta aprovada em comissão da Câmara substitui tributos sobre o consumo**

#### São Paulo

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou nesta quarta-feira (22) um [projeto de reforma tributária](#) que substitui, em 10 anos, cinco tributos que incidem sobre o consumo (ICMS, PIS/Cofins, ISS e IPI) por um imposto único com alíquota estimada de 20%. Esse projeto, encampado por parlamentares, não é a proposta do governo, que ainda trabalha numa medida para reestruturar o sistema tributário do país.

O texto aprovado nesta quarta na CCJ —e que ainda precisaria ser aprovado em plenário na Câmara e no Senado para entrar em vigor—, é a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 45, apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP) em abril e relatada pelo deputado João Roma (PRB-BA).

A base do texto é um projeto do CCiF (Centro de Cidadania Fiscal) e encabeçada pelo economista [Bernard Appy](#). Hoje, a diversidade de alíquotas é enorme —perfumes são tributados em 42%; alguns serviços, em zero. Além de unificar os tributos sobre o consumo, o projeto também acaba com qualquer benefício fiscal para bens ou serviços.

Em compensação, as empresas poderão recuperar o imposto pago em tudo o que compram para sua atividade produtiva, como insumos e matérias-primas —princípio básico de um IVA (Imposto sobre Valor Agregado). O intuito é desonerar aquilo que, na avaliação de especialistas, é crucial à produtividade e à expansão econômica: a produção, além dos investimentos e das exportações.

O projeto não altera a carga tributária —nem para mais nem para menos. O objetivo central é simplificar um dos sistemas mais caóticos do mundo. A expectativa, segundo o CCiF, é que a mudança possa fazer com que o PIB (Produto Interno Bruto) cresça 10% a mais em 15 anos.

#### Guerra fiscal

A proposta tem como grande apelo colocar um ponto final na chamada “guerra fiscal” —tentativa de atrair uma empresa de outro estado via redução de tributos. Batizado de IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), o novo tributo não prevê nenhum benefício fiscal e será cobrado no lugar onde o bem ou serviço é consumido (destino), não no estado de origem, como o ICMS. Segundo o projeto, os estados vão poder subir ou baixar a alíquota do imposto se precisarem de recursos.

Mas, como a alíquota é uniforme para todos os bens e serviços, não será possível elevá-la apenas para tevês ou combustíveis. Tudo o que é consumido no estado será atingido via lei ordinária. Porém, por não prever nenhum tipo de desoneração fiscal, o novo tributo poderia afetar benefícios para os mais pobres. Hoje, alimentos da cesta básica, por exemplo, não pagam o PIS e a Cofins. Para compensar, o projeto propõe cruzar o sistema de nota fiscal em que se fornece o CPF para obter a devolução de impostos com o cadastro único de programas sociais.

A ideia é devolver aos pobres boa parte dos impostos. Assim, nos primeiros R\$ 250 gastos em compras seriam devolvidos 90% do imposto pago; de R\$ 250 a R\$ 500, devolução de 50% e assim por diante. Alguns estados podem perder —aqueles que produzem mais do que consomem. Para mitigar isso, a fase de transição na distribuição de recursos arrecadados pelo tributo será maior, de 50 anos.

Além disso, tudo o que estados e municípios arrecadam hoje com ICMS e ISS será mantido por 20 anos, corrigido pela inflação. Felizmente, os estados que podem perder receita são minoria (sete dos 27 entes federados), entre eles São Paulo e Amazonas.

# 1

## Como é hoje

O consumidor arca com **os cinco tributos existentes**, mas de forma pouco transparente

### ICMS

**De quem é cobrado?**  
De indústrias e dos fabricantes de combustíveis, distribuidoras de energia elétrica e empresas de telefonia

**Quem cobra?**  
Estados (parte é repartida com as prefeituras)

**Qual o problema?**  
27 diferentes legislações, cada qual com a sua especificidade sobre setores e até produtos; incentivos fiscais (descontos de imposto) concedidos fora da lei se multiplicaram sem controle nos últimos anos

**Qual é a alíquota?**  
Varia segundo o estado; em SP, é de 18%

### PIS/Cofins (dois tributos)

**De quem é cobrado?**  
Todas empresas. Por exemplo: a empresa que vende madeira, a empresa que fabrica uma cadeira com a madeira e a loja que vende a cadeira de madeira

**Quem cobra?**  
União

**Qual o problema?**  
São variadas e subjetivas as regras sobre como descontar o valor do imposto que já foi pago sobre etapas posteriores de produção

**Qual é a alíquota?**  
7,6% (PIS) e 1,65% (Cofins)

### ISS

**De quem é cobrado?**  
Prestadores de serviço em geral, como por exemplo bancos e planos de saúde

**Quem cobra?**  
Municípios

**Qual o problema?**  
Dúvidas sobre local onde deve ser pago o imposto: nas cidades onde mora o consumidor ou nas cidades onde estão os prestadores de serviço?

**Qual é a alíquota?**  
de 2% a 5%

### IPI

**De quem é cobrado?**  
Indústrias e importadores

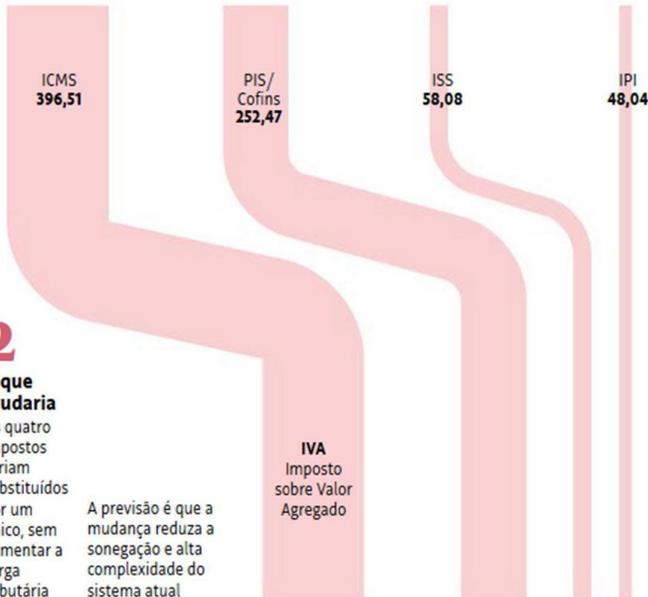
**Quem cobra?**  
União (parte é repartida com estados e municípios)

**Qual o problema?**  
Regimes especiais se multiplicaram nos últimos anos, complicando a interpretação sobre quais empresas devem pagar o imposto e quais poderiam ficar de fora

**Qual é a alíquota?**  
de 0% a 42%

## Quanto arrecadam

Em R\$ bilhões\*



# 2

## O que mudaria

Os quatro impostos seriam substituídos por um único, sem aumentar a carga tributária

A previsão é que a mudança reduza a sonegação e alta complexidade do sistema atual

**IVA**  
Imposto sobre Valor Agregado

### 3

#### Imposto único

Imposto único cobrado sobre tudo que a empresa vende: bens e serviços



O imposto seria cobrado sempre no destino, embutido no preço do produto ou serviço; quem pagaria, portanto, seria o consumidor (a empresa depois repassaria ao governo?)

20%

é a estimativa da alíquota uniforme para todas as mercadorias e serviços



Em compensação, a empresa pode recuperar o imposto pago em tudo o que ela comprou para sua atividade produtiva, como matéria-prima

#### Exemplo

Se a empresa vende R\$ 100 mil ao mês com alíquota de imposto de 20%, deve em imposto R\$ 20 mil



Se comprou R\$ 50 mil em insumos, já recolheu R\$ 10 mil em impostos

Descontando o que deve do que já pagou, terá um crédito de R\$ 10 mil

#### Não seria cobrado

de produção, exportações (o que favorece a competitividade) nem de investimentos (o que favorece o crescimento econômico)

#### Tributo adicional

Para produtos como o cigarro

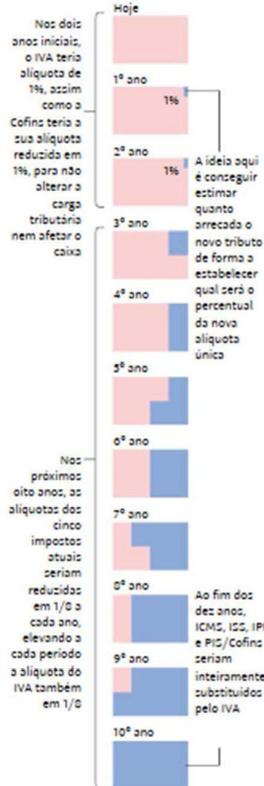
### 4

#### Transição

A mudança seria em duas etapas: uma de dez anos, para as empresas e a sociedade; outra de 30 anos, para a distribuição dos recursos entre os entes federativos

#### Para as empresas

Os atuais ICMS, ISS, IPI e PIS/Cofins  
IVA (Imposto sobre Valor Agregado)



#### Para entes federativos

Com a mudança para um imposto único, cobrado onde o consumo ocorre (destino), entes que produzem mais do que consomem, como São Paulo, Amazonas e Goiás (parte da produção é destinada a outras unidades da federação), podem perder arrecadação



Para minimizar isso, estados e municípios receberão por 20 anos, com o IVA, o equivalente à arrecadação que têm hoje com ICMS e ISS; e a União, com o que arrecada com IPI e PIS/Cofins

Nos 30 anos seguintes, a parcela que repõe a receita atual do ente federativo seria reduzida em 1/30 por ano, ao passo que aumentaria em 1/30 a parte que lhe caberia do IVA

## 10% ou mais

é a estimativa de quanto a mais o PIB pode crescer nos próximos 15 anos se a medida for adotada

\*2015  
Fonte: CCIF (Centro de Cidadania Fiscal)

23/05/2019 - 05:00

## CCJ da Câmara libera tramitação da reforma tributária

Por Renan Truffi e Raphael Di Cunto

Em mais um episódio marcado por desentendimentos entre congressistas e integrantes do governo Jair Bolsonaro, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a admissibilidade da proposta de reforma tributária, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP). Os parlamentares decidiram referendar, em votação simbólica, parecer do deputado João Roma (PRB-BA), que recomendava a aprovação da matéria. Agora a proposta de emenda constitucional (PEC) seguirá para análise de uma comissão especial sobre o assunto.



*Francischini: "Se o governo quiser [modificar o texto], vai ter que encontrar um deputado para sugerir emendas"*

A proposta foi aprovada mesmo diante das intenções da equipe econômica de apresentar uma proposta sobre o mesmo assunto. Há alguns meses, o secretário Especial da Receita Federal, Marcos Cintra, vem dizendo publicamente que o Ministério da Economia prepara um texto para unificação de alguns tributos, mas o conteúdo desse projeto ainda é desconhecido aos parlamentares.

A votação marcada para ontem foi precedida por uma audiência pública sobre o mesmo assunto, para qual Cintra havia sido convidado. O secretário, no entanto, não apareceu. A ausência dele desagradou integrantes da comissão. Francischini afirmou que "não entendeu" os motivos de Cintra e que só foi avisado 20 minutos depois do início dos trabalhos.

Além disso, Francischini disse que não irá pautar a admissibilidade de uma nova proposta de reforma tributária, caso a equipe econômica decida apresentar, de fato, um projeto diferente do que está tramitando na Casa. Ele afirmou que, se o governo quiser sugerir mudanças em outros tributos, precisará fazer isso por emenda. "Eu não vou pautar duas admissibilidades [de reforma tributária]. Se o governo quiser [modificar o texto], vai ter que encontrar um deputado para sugerir alguma emenda", disse.

Deputados da comissão relataram ao **Valor**, em condição de anonimato, que Cintra teria se ausentado por sugestão do ministro da Economia, Paulo Guedes. O objetivo seria evitar "algum ruído" já que o governo ainda estuda o assunto. A assessoria de imprensa do Ministério da Economia nega que Guedes tenha feito esse pedido.

Ao final da sessão, Francischini, que é do PSL, ainda defendeu deputados do Centrão. "Não podemos generalizar e eu falo isso para os meus eleitores e para todos os meus amigos do PSL. Há nos partidos de centro uma grande maioria de deputados que não é contra ou a favor do governo. É preciso ter consensos e diálogo", disse o deputado.

A PEC aprovada cria um novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em substituição aos atuais Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).

Segundo o deputado Baleia Rossi, a ideia é que, no início do segundo semestre, quando a reforma previdenciária for votada em plenário, a reforma tributária também esteja pronta para ser apreciada pelos parlamentares.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 23/05/2019	Página:



## Deputados validam PEC da reforma tributária na CCJ

**NA FRENTE DO GOVERNO** A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou ontem a admissibilidade da reforma tributária de autoria do líder do MDB, deputado Baleia Rossi (SP). A proposta de emenda à Constituição é uma iniciativa da própria Casa, que decidiu não esperar o envio do texto sobre o tema, ainda não concluído pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes. A PEC segue agora para análise do mérito em uma comissão especial que ainda será instalada.

Apenas o PSOL votou contra a constitucionalidade da proposta. Outros partidos de oposição votaram a favor para que a PEC continue tramitando, com a ressalva de que discutirão detalhes do texto na comissão especial. A reforma tributária é aposta do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e de líderes do centrão, que inclui PP, PR e PRB, para demonstrar que o Congresso tem agenda econômica própria e não está a reboque do Palácio do Planalto.

Outra estratégia envolvida

na votação é a tentativa de esvaziar o discurso do presidente Jair Bolsonaro, que vem dando declarações contrárias à classe política. O texto em análise é baseado nas ideias do economista Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal (CCIF), e foi relatado pelo deputado João Roma (PRB-BA). A proposta unifica cinco tributos - IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS - num único Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), que deverá ser cobrado apenas no local onde o produto for consumido.

Veículo: bahia.ba	Caderno: Política
Data: 23/05/2019	



## POLÍTICA

Publicado em 23/05/2019 às 08h08.

# Reforma tributária avançará mais fácil que a da

## Previdência, diz João Roma

Para deputado, matéria desperta menos divergências que proposta acerca das novas regras para aposentadoria



Foto: Rodrigo Aguiar/ bahia.ba

Relator da proposta de reforma tributária aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ), o deputado federal João Roma (PRB) diz estar convicto de que a matéria avançará mais fácil que a da Previdência. A informação é da coluna Satélite, do Correio\*.

“Não tenho dúvidas. Na CCJ, apenas o PSOL votou contra. O mesmo deve se repetir na comissão especial criada para analisar a matéria e no plenário da Casa”, disse. Para Roma, as alterações no sistema tributário são demandas bem recebidas na maioria da sociedade e desperta menos “paixões e divergências que a previdenciária”, afirmou Roma, segundo a publicação.

A proposta de reforma tributária foi aprovada nesta quarta-feira (23).

Sobre um eventual distensionamento entre o Congresso e o presidente Jair Bolsonaro (PSL), Roma afirma ser “difícil dizer”. “Com esse governo, é cada dia uma agonia”, declarou.

# FOLHA DE S.PAULO

## A economia espera sentada

Não adianta achar que o empresário vai investir com base em elemento místico de confiança

**Laura Carvalho**

Professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, autora de "Valsa Brasileira: do Boom ao Caos Econômico"

A queda brutal das projeções de crescimento e as evidências de uma nova recessão no primeiro trimestre de 2019 trouxeram à tona o círculo vicioso causado pela insuficiência de demanda na economia brasileira.

As vendas fracas geram capacidade ociosa nas empresas e desestimulam, assim, investimentos em novas máquinas e unidades, o que, por sua vez, impede a expansão do produto e da renda das famílias e trava a retomada do consumo e das próprias vendas...

Para agravar o quadro, empresas e famílias endividaram-se ao longo dos anos de crescimento que precederam a crise, gerando o fenômeno

que o economista Richard Koo convencionou chamar de "recessão de balanço".

Nesse tipo de crise, prevalece uma falácia da composição: consumidores e firmas cortam seus gastos visando reduzir suas dívidas passadas e tornar seus balanços mais saudáveis, mas acabam com isso causando um efeito agregado de redução do produto, da renda e do emprego, o que contribui para fragilizar ainda mais a sua situação financeira inicial.

Reativar uma economia que se encontra em tal cenário não é nada fácil. De pouco adianta, por exemplo, tentar estimular o crédito, pois empresários e famílias não estão interessados

em tomar mais empréstimos: ao contrário, estão buscando saldar as dívidas existentes.

Já a queda da taxa de juros pode até contribuir para reduzir as despesas financeiras com as dívidas acumuladas, diminuindo um pouco a necessidade de cortar gastos com consumo e investimento, mas não é capaz por si só de estimular uma retomada.

Na realidade, os juros têm conhecido efeito assimétrico: embora o aumento do custo do crédito possa atuar para desaquecer uma economia em expansão, reduzindo os incentivos ao consumo e ao investimento, sua queda não é capaz de convencer

famílias e empresas a gastar mais em um cenário de crise.

Tal assimetria tornou-se conhecida pela metáfora utilizada por um diretor do banco central americano durante a Grande Depressão dos anos 1930: não se pode empurrar uma corda ("you cannot push a string").

A única forma de quebrar o atual círculo vicioso é a expansão de algum componente autônomo da demanda. E, ao contrário do que se imagina, a recuperação dos investimentos das empresas nunca vem primeiro, pois não é autônoma, é induzida pelo grau de utilização da capacidade existente e pelas próprias expectativas de crescimento das vendas.

Ou seja, não adianta achar que os empresários vão investir em novos equipamentos com base em algum elemento místico de confiança ociosa: só vai haver estímulo ao investimento se as empresas se depararem com uma evidência concreta de aceleração das vendas de seus produtos.

As exportações poderiam ser esse motor, mas a desaceleração

global em meio à escalada da guerra comercial entre EUA e China não ajuda. Já o caminho das concessões para o investimento privado em infraestrutura foi tentado, com pouquíssimo sucesso, pelos governos Dilma e Temer: parece haver pouco interesse dos investidores estrangeiros em investimentos de longo prazo com retorno incerto em meio à estagnação.

Só resta, portanto, a política fiscal. O retorno do invest-

timento público direto em infraestrutura ao patamar pré-crise teria alto poder de estímulo, mesmo que fosse inteiramente coberto pela eliminação de desonerações, subsídios e outras despesas com multiplicador mais baixo sobre a geração de empregos e renda e/ou pela alta de impostos sobre a renda dos mais ricos. Ou seja, a economia brasileira, pelo visto, vai continuar esperando sentada.

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2019

**1. DATA LOCAL E HORA.** Em 15 de abril de 2019, na sede da Equatorial Energia S.A. ("Equatorial"), na Alameda A. Caspary 502, nº 100, sala 31, Loteamento Quaternária, Alto do Capão, CEP 05199-900, na Cidade de São Luis, Estado do Maranhão, às 10:00 horas. **2. CONVOCAÇÃO.** Convocação por meio de correio eletrônico a todos os membros deste Conselho. **3. QUORUM E PRESENCIA.** Presenças os seguintes membros deste conselho: Fátima Ferreira Sampaio Neto, Guilherme Mouras Aché, Marcelo Souza Monteiro, Carlos Augusto Leone Piani, José Jorge de Vasconcelos Lima, Luis Henrique de Mouta Gonçalves e Eduardo Saggioro. **4. MESA:** Presidente: Fátima Ferreira Sampaio Neto; Secretária: Angélica Caroline Pinto Marques Figueiredo. **5. ORDEM DO DIA.** Deliberar sobre: (A) a aprovação, nos termos da alínea (v) do artigo 17 do estatuto social da Companhia, (A.1) da realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quinquenária, com garantia adicional fiduciária, em série única, da Equatorial Transmissora S SPE S.A. ("SPE S"), no valor de R\$ 55.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais) na data de emissão ("Emissão da SPE S" e "Debêntures da SPE S" respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública com estornos restritos, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Carta da SPE S" respectivamente); e (A.2) da celebração, pela SPE S, de todos os documentos necessários à implementação, formalização e efetivação da Emissão da SPE S e da Oferta da SPE S; (B) a aprovação, nos termos da alínea (vi) do artigo 17 do estatuto social da Companhia, (B.1) da realização da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quinquenária, com garantia adicional fiduciária, em até 2 (duas) séries, da Equatorial Transmissora S SPE S.A. ("SPE S"), no valor de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) na data de emissão ("Emissão da SPE S" e "Debêntures da SPE S" respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública com estornos restritos, nos termos da Instrução CVM 476 ("Instrução da SPE S"), e (B.2) da celebração, pela SPE S, de todos os documentos necessários à implementação, formalização e efetivação da Emissão da SPE S e da Oferta da SPE S; (C) a aprovação, nos termos da alínea (v) do artigo 17 do estatuto social da Companhia, (C.1) da realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quinquenária, com garantia adicional fiduciária, em até 2 (duas) séries, da Equatorial Transmissora S SPE S.A. ("SPE S"), no valor de R\$ 189.000.000,00 (cento e oitenta e nove milhões de reais) na data de emissão ("Emissão da SPE S" e "Debêntures da SPE S" respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública com estornos restritos, nos termos da Instrução CVM 476 ("Instrução da SPE S" e "Carta da SPE S" e "C.2) da celebração, pela

## FOLHA DE S.PAULO

# Reforma da Previdência é pouco para a retomada, dizem ex-presidentes do BC

Arminio, Ilan e Meirelles cobram mudanças no sistema tributário, privatizações e desburocratização para incentivar o crescimento

### REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Nicola Pamplona

**RIO DE JANEIRO** A aprovação da reforma da Previdência é fundamental para reduzir o risco fiscal do país, mas insuficiente para garantir a retomada sustentável do crescimento, avaliaram nesta quarta (22) três ex-presidentes do Banco Central que participaram no Rio de seminario sobre os 20 anos do regime de metas de inflação.

Arminio Fraga, Henrique Meirelles e Ilan Goldfajn defenderam também a aprovação de lei para garantir a autonomia do Banco Central, como passo adicional para manter o regime de metas, instituído em 1999 no governo Fernando Henrique Cardoso.

"A reforma da Previdência tira peso, mas não dá para a gente olhá-la isoladamente. Tem várias outras questões, tem várias outras questões, elementos que têm que estar dentro do pacote", analisa Goldfajn, que presidiu o BC entre junho de 2016 e fevereiro de 2019, quando transmitiu o cargo ao indicado de Jair Bolsonaro, Roberto Campos Neto.

"Privatizações, reforma tributária, medidas para desburocratizar, tudo isso é relevante e tudo isso está dentro de um pacote que gera aumento da atividade", completou. Ele citou também a abertura comercial como processo que pode contribuir para o crescimento da economia.

Autor de um projeto de reforma da Previdência quando ocupava o Ministério da Fazenda do governo Michel Temer, Henrique Meirelles afirmou que a aprovação no Congresso reduz o risco fiscal e, como consequência, o custo de financiamentos no país, o que ajudará a impulsionar a economia. "Agora, é evidente que não é a única coisa. Isso é uma base para dar estabilidade

de fiscal", ponderou.

Meirelles ressaltou que o Brasil precisa adotar medidas para melhorar a produtividade, dando como exemplo estudo do Banco Mundial que coloca o país no fim da lista entre os melhores lugares para fazer negócios.

"Não há dúvida de que temos que fazer a base, que é o equilíbrio macroeconômico. A partir daí, podemos endereçar as demais questões que levam a maior produtividade e, por tanto, a maior crescimento."

Para Fraga, que presidiu o BC no segundo governo FHC, a reforma da Previdência tem efeitos no crescimento de curto prazo, considerando a situação da economia. "Está tudo parado, tudo travado, e acho que seria um grande avanço aprovar essa reforma, especialmente com os números que estão sendo considerados."

A mudança nas aposentadorias, diz, criaria espaço para reversão de expectativas, mas deve ser seguida por outras reformas. "[A Previdência] seria uma primeira grande reforma, mas certamente não resolve o problema."

Fraga defendeu também a "reconstrução" da Lei de Responsabilidade Fiscal, que, na sua opinião, foi "desmoralizada" nos últimos anos. "O Brasil entrou numa trajetória de desgoverno fiscal absolutamente insustentável."

Na comemoração dos 20 anos do regime de metas de inflação, os ex-presidentes do BC concordaram que o modelo estabelecido em 1999 está consolidado após resistir a diversas crises econômicas e pressões políticas.

"Ele sobreviveu a muitos altos e baixos", disse Fraga. "Acho que uma grande vantagem do sistema é sua simplicidade, a transparência que ele dá, a clareza para as pessoas que essa é uma missão do governo."



Privatizações, reforma tributária, tudo isso é relevante e tudo isso está dentro de um pacote que gera aumento da atividade

Ilan Goldfajn



Não há dúvida de que temos que fazer a base, que é o equilíbrio macroeconômico. A partir daí, podemos endereçar as demais

questões que levam a maior produtividade e, portanto, a maior crescimento

Henrique Meirelles



[A Previdência] seria uma primeira grande reforma, mas certamente não resolve o problema

Arminio Fraga

Eles ressaltaram, porém, que não é papel do Banco Central estimular o crescimento econômico, mas sim "suavizar ciclos".

### Sistema de repartição leva a mais suicídios, afirma Guedes

**BRASÍLIA** O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta quarta (22) que o sistema de repartição da Previdência Social brasileira causa muito mais suicídio do que o de capitalização adotado no Chile.

A defesa das mudanças na aposentadoria foi feita em seminário realizado pelos jornais Correio Braziliense e Estado de Minas, em Brasília. Guedes rebatia críticas de que a adoção da capitalização pelo Chile levou a um aumento dos suicídios entre os idosos.

OS SUICÍDIOS ENTRE OS IDOSOS.

"Ah, mas no sistema chileno todo o mundo se suicida... é mentira. Suicida-se mais no Brasil do que lá. O sistema de repartição causa mais suicídio do que o sistema de capitalização. Suicida-se mais aqui do que lá. E muito mais em Cuba, mais do que aqui e mais do que lá", afirmou o ministro.

Guedes também atacou o que chamou de lobby contrário à reforma, realizado, segundo ele, por aqueles que têm dinheiro e querem manter os privilégios do sistema atual.

"É evidente que o lobby contra está aqui em Brasília, em torno do prédio [do jornal]. Não é o Brasil que está contra a reforma da Previdência, é Brasília que está contra", disse. "É importante entender isso. E tem dinheiro, muito dinheiro em publicidade contra gente recebendo congressistas com faixa, mobilização para garantir privilégios usando os frágeis de escudo." **Thiago Resende e Danielle Brant**

# Tribuna

## Bolsonaro promete mais arrecadação com novo projeto



**O PRESIDENTE** Jair Bolsonaro defendeu a aprovação da reforma da Previdência e prometeu outra proposta que, segundo ele, deve trazer arrecadação maior do que a primeira

JULIA LINDNER  
O ESTADO DE S. PAULO

Em reunião com parlamentares do Nordeste, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) defendeu a aprovação da reforma da Previdência e prometeu outra proposta que, segundo ele, deve trazer arrecadação maior do que a primeira. É o que mostra reportagem de Julia Lindner, O Estado de S.Paulo. Sem dar detalhes, ele disse que o novo projeto será apresentado em breve a deputados e senadores. Questionada,

a assessoria de imprensa do Palácio do Planalto disse que "o presidente estuda novos projetos para o País". Bolsonaro afirmou que a proposta será apresentada antecipadamente aos presidentes e líderes do Congresso.

"Um projeto que, com todo o respeito ao Paulo Guedes (ministro da Economia), a previsão de nós termos dinheiro em caixa é maior do que a reforma da Previdência em dez anos", afirmou Bolsonaro. "Com toda a certeza será aprovado aqui por unanimidade nas

duas Casas, se Deus quiser", emendou.

Ele afirmou, ainda, que o governo quer levar adiante propostas de aumento de arrecadação, e não de aumento de impostos. "Não podemos falar em criar impostos. Ninguém aguenta mais essa questão." No encontro, Bolsonaro voltou a elogiar o ministro da Economia, Paulo Guedes, a quem se referiu como "importantíssimo". "Ele é mais importante do que nunca para o futuro do Brasil porque está capitaneando a questão da reforma da Previdência",

disse.

O presidente disse que ouviu apelos de parlamentares sobre situações críticas nos municípios, mas que "estão todos no mesmo barco". "Não existe presidente, governadores e prefeitos. Praticamente está todo mundo nesse mesmo barco. A nossa despesa nessa rubrica é enorme. E devemos, sem fazer injustiça, corrigir aqui as distorções e os privilégios (na Previdência). E, assim sendo, nós temos certeza de que investimentos chegarão em nosso Brasil."

# Tribuna

## Governo reduz para 1,6% previsão de alta do PIB e eleva gastos do MEC

ALEXANDRO MARTELLO  
G1

O Ministério da Economia anunciou ontem uma revisão da expectativa oficial de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano de 2,2% para 1,6% - ainda acima do que prevê o mercado financeiro (alta de 1,24% para este ano). É o que mostra reportagem de Alexandro Martello, G1 — Brasília. "Essa previsão foi feita há algumas semanas atrás, próxima ao que o mercado estimava na ocasião.

Sabemos que ela se alterou, com viés de baixa, para 1,24%. Mas, em função da necessidade de termos de preparar várias informações, envolvendo várias instituições, mantivemos essa estimativa para 2019", afirmou o secretário-geral de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues.

Entretanto, mesmo com o uma expansão econômica menor, que gera também uma estimativa mais baixa de arrecadação para este ano, a área econômica não anunciou um novo bloqueio de gastos para cumprir a meta fiscal - de um déficit primário de até R\$ 139 bilhões para

2019. Isso porque o governo resolveu utilizar uma parte da "reserva de contingência" de R\$ 5,37 bilhões - existente no orçamento - para compensar a perda de arrecadação estimada para este ano.

Com isso, ao invés fazer novo contingenciamento, resolveu liberar gastos em R\$ 1,587 bilhão para o Ministério da Educação e de R\$ 56 milhões para o Ministério do Meio Ambiente. A reserva orçamentária, de R\$ 5,37 bilhões, diminuiu e ficou em R\$ 1,562 bilhão. Em 9 de maio, o secretário-geral de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, informou que uma queda na



**O SECRETÁRIO-ESPECIAL de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, anunciou ontem uma revisão da expectativa oficial de crescimento do PIB**

receita implicaria "necessariamente" em um novo contingenciamento.

Em março, o governo anunciou um contingenciamento de R\$ 29,7 bilhões em despesas previstas para o ano de 2019, justamente para tentar atingir a meta fiscal. Desse valor total, R\$ 5,8 bilhões foram na área de Educação (valor parcialmente revertido ontem), R\$ 5,1 bilhões na Defesa e R\$ 2,9 bilhões em emendas parlamentares. Os cortes na

área de Educação levaram a protestos em todos estados e no DF. Esse bloqueio fez com que a verba para custeio e investimentos, estimada para este ano em todas as áreas, não somente para Educação, seja a menor desde 2008, quando começou a série histórica do Tesouro Nacional.

Com a medida, o limite dos gastos discricionários (não obrigatórios) caiu de R\$ 129 bilhões para R\$ 86,1 bilhões em 2019. O governo afir-

ma que buscará reverter o bloqueio no decorrer de 2019 e, com isso, tentar elevar o limite dos gastos com custeio e investimentos. Para efetuar a liberação de recursos, ou bloqueio no orçamento, o governo faz uma reestimativa das receitas e das despesas em relação aos valores aprovados na previsão anterior, nesse caso, em março deste ano - quando foi anunciado o contingenciamento de R\$ 29,7 bilhões. De acordo com os cálculos do Ministério da Economia, houve um aumento de R\$ 711 milhões na estimativa de receitas do governo para este ano, na comparação com a previsão anterior.

O governo reduziu em R\$ 5,459 bilhões a expectativa para as receitas administradas neste ano (impostos e contribuições federais), mas elevou em R\$ 3,85 bilhões a previsão de "royalties" do petróleo, em R\$ 1,656 bilhão a previsão com receitas de dividendos e em R\$ 459 milhões as receitas do INSS, entre outros. Após as transferências constitucionais aos estados e municípios, porém, as receitas apresentaram uma queda de R\$ 3,183 bilhões.

# Tribuna

## Daqui a pouco governo começará privatizações de “peixes grandes”

REUTERS

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o governo começará “daqui a pouco” a privatizar peixes grandes, ressaltando que os recursos levantados serão utilizados para o abatimento da dívida pública, diminuindo assim a pesada conta de juros. “Tínhamos botado uma meta de 20 bilhões de dólares de privatizações este ano — queríamos aí 80 bilhões de reais, quase 100 bilhões de reais — e já privatizamos 11 bilhões (de dólares), mais da metade em menos da metade do tempo”, afirmou ele, em evento em Brasília.

“Por enquanto não tem

peixe grande, só coisinha pequena aqui, concessões ali. Daqui a pouco vão entrar os grandes, nós vamos começar os grandes também. Está tudo sendo preparado”, completou o ministro, sem citar empresas.

Guedes ressaltou que os gastos com pagamento de juros da dívida alcançarão 360 bilhões de reais este ano, ficando apenas atrás dos 750 bilhões de reais em despesas previdenciárias nas rubricas com maior peso orçamentário. Com a venda de estatais, será possível imprimir outra dinâmica a essas obrigações.

“Com as privatizações, vamos travar essa despesa (com juros da dívida), que

para o Brasil é uma vergonha”, afirmou ele. Guedes voltou a ressaltar a importância da reforma da Previdência, considerada crucial para o reequilíbrio das contas públicas, defendendo que, sem ela, “não há futuro visível”.

Apesar de o governo do presidente Jair Bolsonaro não contar com base aliada constituída no Congresso, Guedes afirmou que não pode concordar com nenhuma leitura pessimista do momento brasileiro, expressando confiança na aprovação da reforma previdenciária e fazendo elogios ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), por seu papel de protagonismo nesse processo.

23/05/2019 - 05:00

## Após protestos pelo país, governo alivia cortes na Educação

Por Fabio Graner e Fábio Pupo

Uma semana depois dos protestos contra os cortes orçamentários na educação, o governo anunciou uma recomposição parcial do limite de gastos do ministério comandado por Abraham Weintraub. A medida foi possível pelo remanejamento de R\$ 1,59 bilhão que fazia parte de uma reserva orçamentária - criada em março sem destinação específica.

A reserva é usada para o governo diminuir sua possibilidade de fazer gastos neste ano e, assim, garantir o cumprimento da meta fiscal. Na prática, esse movimento foi uma espécie de contingenciamento, de R\$ 2,17 bilhões, porque reduziu o limite geral de despesas do Executivo. A vantagem foi que, dessa forma, o governo não afetou os já apertados limites atuais dos ministérios. O saldo remanescente da reserva ficou em R\$ 1,5 bilhão.

Trabalhando com parâmetros macroeconômicos que evitaram uma perda ainda mais acentuada de receitas, o Ministério da Economia conseguiu evitar um aperto orçamentário mais drástico. Enquanto o mercado já trabalha com um cenário de crescimento do PIB mais próximo de 1%, o relatório trouxe uma projeção de 1,6%. "Os indicadores da atividade econômica observados no primeiro trimestre não recuperaram como esperado no começo deste ano", reconheceu o governo no relatório.

Para os índices de inflação o governo fez um curioso uso de projeções próprias (como no caso do IPCA, que subiu de 3,8% para 4,1%) e de mercado (como do IGP-DI, que saltou de 4,3% para 6,1%), que no final das contas também favorece o lado das receitas.

Mesmo assim, a estimativa de arrecadação administrada caiu R\$ 5,4 bilhões. O montante foi compensado com um cenário melhor das demais receitas, como as decorrentes de exploração de petróleo e dividendos. No lado das despesas, o governo reviu para baixo em R\$ 1,2 bilhão sua projeção, basicamente pelo comportamento passado de gastos obrigatórios.

A devolução de espaço para gastos no MEC anunciada ontem na prática apenas reduziu o corte para os níveis estabelecidos no fim de março. Naquela ocasião, o governo bloqueou R\$ 5,8 bilhões da pasta, mas em maio elevou esse corte para R\$ 7,4 bilhões. Além do MEC, o governo recompôs R\$ 56,6 milhões do orçamento da pasta do Meio Ambiente.



O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues: recomposição do orçamento da educação foi decisão técnica

### Resumo do ajuste

Em R\$ bilhões

Reserva Orçamentária - Decreto 1º Bimestre (A)
Ajustes - Reprogramação 2º Bimestre (B)
Limitação - Orçamento Fiscal e Seguridade
Resultado da Compensação (PDG e Entes Federativos)
Recomposição MEC
Recomposição MMA
Reserva Orçamentária - saldo Reprogramação 2º Bimestre (C)

Fonte: Ministério da Economia

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, evitou associar o movimento aos protestos da semana passada e disse que foi uma decisão técnica de governo. "Governar é estabelecer prioridades. Sabemos o impacto que os dois ministérios têm e fizemos recomposição orçamentária", disse.

Os técnicos do governo reconheceram que a avaliação bimestral desta vez teve um diferencial. Normalmente, disseram, a Junta de Execução Orçamentária (que reúne representantes do Ministério da Economia e da Casa Civil) apenas

discute a necessidade ou não de contingenciamento do Executivo. Já a decisão sobre quais pastas serão afetadas é feita posteriormente, mas foi antecipada por supostamente haver consenso entre os ministros.

A realidade, contudo, é que o presidente Jair Bolsonaro havia determinado que a área econômica atenuasse os cortes na educação após o movimento de rua. Na entrevista sobre o relatório, Waldery disse que a União "está sob forte estresse fiscal", com o país se encaminhando para o sexto ano seguido de déficit fiscal e com contas no negativo programadas até 2022.

Sobre os números mais favoráveis para as contas públicas apresentados ontem, Waldery Rodrigues argumentou que a nova estimativa de crescimento do PIB (de 1,6%) foi calculada há algumas semanas pelo governo e era convergente com o que o mercado estimava na época. Ele reconheceu, no entanto, que nas últimas semanas a previsão do mercado se deteriorou ainda mais. Segundo ele, a reavaliação do PIB é periódica.

"O número estava muito próximo do que o mercado estimava. Sabemos que as estimativas de mercado se alteraram para 1,24% no relatório Focus. Mas, lembrando que essa é uma reparametrização e são dados calculados periodicamente, nós, em razão da necessidade de termos que preparar várias informações envolvendo várias instituições, mantivemos essa previsão feita pelo Ministério da Economia", disse.

No caso das estimativas de inflação, ele lembrou que o IGP-DI, o indicador que mais subiu, tem forte influência do câmbio, ainda que nas projeções da Fazenda esse indicador tenha ficado quase inalterado.

Waldery informou ainda que o relatório bimestral revisou significativamente a projeção de resultado das empresas estatais neste ano, que passou de um déficit de R\$ 3,5 bilhões para um superávit de R\$ 881 milhões. Por outro lado, o superávit primário previsto para Estados e municípios caiu de R\$ 10,5 bilhões para R\$ 5,9 bilhões. Assim, explicou o secretário, a necessidade de compensação da União para garantir o cumprimento da meta do setor público consolidado ficou em R\$ 219 milhões.

Segundo Rodrigues, a piora de Estados e municípios ocorre por fatores como a falta de pagamento de dívidas por Minas Gerais após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) autorizando o calote.

23/05/2019 - 05:00

## O investimento pode ir pelo ralo. Literalmente

Por Raquel Balarin



Qualquer um que leia minimamente o noticiário sabe quanto o governo quer economizar com a reforma da Previdência: cerca de R\$ 1 trilhão em dez anos. Mas você sabe qual é o volume de investimentos que o setor de saneamento poderá receber em 14 anos para atingir a universalização do acesso da população brasileira às redes de água e esgoto tratado? Os números vão de R\$ 650 bilhões, na avaliação do especialista Ítalo Joffily, a R\$ 800 bilhões, na estimativa da Abcon (Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto). O Ministério da Economia calcula que o

investimento seja de R\$ 700 bilhões. Para efeito de comparação, mantido o orçamento deste ano, de cerca de R\$ 30 bilhões, o Bolsa Família consumiria R\$ 420 bilhões em 14 anos, numa conta grosseira.

É esse volume de investimentos que está em jogo na queda de braço entre governos estaduais - com suas bases no Congresso - e o governo federal em torno da votação da Medida Provisória 868, que trata do novo marco regulatório do saneamento. A MP, editada no fim de dezembro e modificada pelo relator da comissão mista do Congresso, senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), caduca no dia 3 de junho, caso não seja votada.

O mais espantoso é que um assunto de tanta relevância e com potencial de geração de tantos negócios, como fusões e aquisições, privatizações, concessões, ofertas de ações e de debêntures, não tenha sido abraçado pelo mercado financeiro. Nos relatórios diários enviados pelos bancos aos clientes, a menção à MP quase sempre se resume à articulação política em curso para testar a base de apoio ao governo e para destravar a pauta, abrindo espaço para a tramitação da reforma da Previdência.

### ***Estados não admitem que não têm dinheiro para saneamento***

Em um país em que 72,4 milhões de brasileiros, população equivalente à da França, não têm acesso à rede de coleta de esgoto, e outros quase 100 milhões não têm esgoto tratado, vários Estados estão preocupados em perder para a iniciativa privada os contratos de suas empresas públicas, que, em muitos casos, empregam funcionários em excesso e acabam sendo utilizadas politicamente para distribuição de cargos a aliados.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua divulgada ontem mostra que o acesso ao serviço de saneamento ficou estagnado no último ano e isso é reflexo da falta de capacidade de investimento dos Estados. "A grande parte do investimento feito até aqui veio do setor público. Mas não há como avançar porque essa capacidade se esgotou", diz Gustavo Guimarães, presidente da Iguá Saneamento, que já trabalhou na Sanepar, a empresa pública de saneamento do Paraná. "A discussão não deveria ser se os novos projetos serão de gestão pública ou privada. O problema é que os investimentos nos últimos anos vêm diminuindo, quando deveriam estar aumentando."

A MP 868 é longa e complexa, mas três pontos merecem destaque. O primeiro é o de atribuir à Agência Nacional de Águas (ANA) a competência de estabelecer normas de referência nacionais para os serviços públicos de saneamento básico, lembrando que a concessão, por lei, é uma atribuição dos municípios. A ANA passa a ser, de fato, uma agência reguladora.

O segundo ponto é a permissão de criação de blocos, reunindo municípios que não precisam estar na mesma bacia hidrográfica. "Isso facilita muito a criação de consórcios, em que se pode juntar municípios menos e mais rentáveis, como foi feito recentemente na concessão de aeroportos", explica Fernando Camargo, da LCA Consultores.

A possibilidade de criação de consórcios põe por terra um dos argumentos contra a MP, a de que a medida acabaria com os subsídios cruzados praticados hoje pelas companhias estaduais, em que municípios menores ou populações mais carentes são subsidiados pelo serviço prestado em outros locais. "Isso é um argumento falacioso. No Brasil, hoje, 70% das concessões privadas são em cidades com menos de 70 mil habitantes. Há concessões privadas em Estados com baixa renda per capita, como o Piauí", diz Ítalo Joffily, da Y.Sanso Soluções Integradas de Saneamento. Guimarães, da Iguá, faz coro: "De nossos 18 contratos, 11 são em cidades com menos de 100 mil habitantes. E todos têm resultado positivo".

Mas é o terceiro ponto de destaque que está gerando mais polêmica. Hoje, municípios fazem contratos com empresas públicas sem licitação, os chamados contratos de programa, em que muitas vezes não há compromissos de investimento ou metas e indicadores. No texto da MP em tramitação, a possibilidade de novos contratos de programa foi extinta e se estabeleceu a necessidade de licitação, além de inclusão de metas e indicadores nos atuais contratos de programa. Para garantir que investimentos públicos já feitos sejam remunerados, a MP também estabeleceu uma indenização àqueles que ainda não tiverem sido amortizados.

Na prática, a resistência a esse ponto da MP reflete a incapacidade da maior parte das empresas públicas de concorrer com as privadas, dada a situação fiscal de muitos Estados e municípios e à gestão ineficiente de muitas delas. "Numa licitação, as estaduais sabem que podem perder para as privadas por absoluta falta de recursos financeiros e de gestão. E mesmo que fossem capazes de competir, não vêm se mostrando dispostas a assumir compromissos de investimento e de qualidade de serviço", diz Camargo, da LCA, citando o exemplo de uma empresa em que as despesas superavam regularmente as receitas, especialmente por causa da folha de salários.

Representantes do setor de saneamento apontam apenas três empresas de controle estatal que teriam condição de competir no novo formato: Sabesp, de São Paulo, Sanepar, do Paraná e, em menor grau, Copasa, de Minas Gerais. Para isso, sim, o mercado financeiro está atento. As ações da Sabesp acumulam na bolsa alta de 37,68% no ano, em parte também impulsionadas por declarações do atual governo de São Paulo sobre privatização ou maior abertura à participação de capital privado. As preferenciais de Sanepar sobem 27,11%.

O Brasil tem hoje indicadores de esgoto piores que os de Iraque, África do Sul, Marrocos ou Bolívia. A ampliação dos investimentos tem o poder de reduzir gastos com saúde, criar empregos, valorizar áreas imobiliárias e gerar operações no mercado de capitais. É hora de deixar questões ideológicas (ou outras não republicanas) de lado.

**Raquel Balarin é diretora de Conteúdo Digital. O titular da coluna, Ribamar Oliveira, está em férias**

**E-mail: [raquel.balarin@valor.com.br](mailto:raquel.balarin@valor.com.br)**